



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

MICROEMPREENDEDORISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: uma análise nas cidades que possuem Campus da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

JULIANA RIBEIRO DA ROSA

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

julianardarosa@gmail.com

CINTHIA SIMÕES DA SILVA

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

ninasimoes2@gmail.com

SEBASTIÃO AILTON DA ROSA CERQUEIRA ADÃO

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação dos microempreendedores individuais no crescimento econômico, das cidades onde a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA está presente. Após uma revisão da literatura sobre empreendedorismo e crescimento econômico, realizou-se uma investigação empírica para analisar o crescimento econômico dessas regiões em que a UNIPAMPA está inserida, no período de 2005 a 2015. Para desenvolver o artigo utilizou-se uma base de dados econômicos dos dez municípios em que a Universidade se faz presente, através de dados secundários fornecidos pelo Portal do Empreendedor e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Emprega-se a técnica de análise de correlação de Pearson para identificar as associações entre as variáveis, sejam elas, índice de associação entre as variáveis taxa de empreendedorismo e PIB Per Capita de cada um dos municípios. Os resultados das análises apresentam um alto grau de associação entre as variáveis, na maioria dos casos, demonstrando que o empreendedorismo, caracterizado pelo número de Microempreendedores Individuais, afetou positivamente o crescimento econômico das regiões onde a UNIPAMPA está instalada.

Palavras-chaves: Microempreendedor Individual. Crescimento Econômico. Impacto da universidade.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos muito tem se debatido sobre a ligação entre empreendedorismo e crescimento econômico. A atenção a esta relação tem ocorrido devido às altas taxas que o empreendedorismo tem demonstrado em alguns países, fazendo com que pesquisadores voltem seus estudos para a percepção que a atividade empreendedora impacta positivamente no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das regiões.

Percebe-se que ao longo da história os estudos sobre o crescimento econômico atribuíam à produtividade a responsabilidade pelo crescimento e desenvolvimento dos países. Nesse cenário, Schumpeter (1982) introduziu o papel do empreendedor como motor do crescimento, pois através dele haveria o surgimento de inovações e a renovação dos ciclos econômicos da economia.

Dornelas (2008), ao caracterizar o empreendedor, enfatiza que trata-se daquela pessoa que reconhece oportunidade, realiza um investimento e cria um novo negócio. Acs *et al* (2009), identifica que o conhecimento adquirido pelos indivíduos em empresas ou universidades estimulam as atitudes empreendedoras e apontam que o ato empreendedor responde como uma resposta endógena dos investimentos em conhecimento. Assim, para esses últimos autores, o empreendedor através do seu conhecimento e atitude é o responsável pelo surgimento de novos mercados, sendo essa ação a principal contribuição do empreendedorismo para a economia.

Nessa perspectiva, de acordo com o Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o empreendedorismo no Brasil, por meio da abertura de novos negócios, teve um efeito positivo no crescimento econômico nos últimos anos demonstrando efetiva participação no Produto Interno Bruto brasileiro (SEBRAE, 2014). Contudo, os estudos sobre empreendedorismo e crescimento em regiões específicas ainda é pouco abordado, seja pela dificuldade em encontrar alguns dados, seja pela falta de visibilidade de determinadas regiões. Desse modo, considerando os estudos já realizados e informações apresentadas, a presente pesquisa tem como questão problema a seguinte pergunta: **Qual a relação do microempreendedor individual com o crescimento econômico nas cidades em que a Universidade Federal do Pampa está estabelecida?**

Para responder a pergunta acima estabeleceu-se como Objetivo Geral: Verificar a relação do microempreendedor individual com crescimento nas cidades em que a Universidade Federal do Pampa se faz presente, na última década.

Para atingir o objetivo acima, foram propostos para este estudo os seguintes Objetivos Específicos: a) quantificar os dados de microempreendedores nas cidades em que a UNIPAMPA se faz presente na última década; e b) indicar os dados de crescimento econômico, ao que se refere ao PIB *Per Capita*, nas cidades em que a UNIPAMPA se faz presente na última década.

A justificativa desta pesquisa, deve-se à necessidade de verificar a influência que os novos empreendimentos exercem no crescimento econômico, buscando contextualizar a ligação entre essas variáveis nas cidades em que a Universidade Federal do Pampa está presente. Os resultados desta pesquisa, propõem, portanto, identificar um primeiro índice de observação para refletir os impactos de uma instituição de ensino público federal na economia local e regional, a partir do momento em que se observa que este tipo de organização ao se instalar em um determinado contexto, traz novos alunos, professores, demais funcionários e muda, de uma forma ou de outra a realidade, fazendo com que novos serviços sejam oferecidos em uma determinada localidade, promovendo desta forma, o crescimento econômico.

Do ponto de vista teórico, espera-se que este estudo sirva de base para outras pesquisas que venham a desenvolver esse mesmo tema. Já no que tange à questão prática, espera-se que os resultados deste estudo sirvam de base para o processo de decisão dos atuais e de novos microempreendedores da Região, bem como sirva de base para as decisões da Universidade Federal do Pampa no que diga respeito a incentivar a ação empreendedora nos seus alunos, bem como esta instituição possa disseminar o empreendedorismo na região, cumprindo assim o seu papel seu de uma universidade preocupada com o desenvolvimento local e regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa da pesquisa busca-se abordar os conceitos de empreendedorismo e crescimento econômico, sua origem e suas caracterizações. Seguidos dos conceitos elaborados pelos autores que relacionam essa relação.

2.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo tem uma grande importância na prática econômica, está incluso diretamente no processo econômico das sociedades. São agentes propulsores de estruturas renovadora do mercado. Há um assentimento entre os pesquisadores, que os economistas foram os pioneiros nos estudos relacionados ao pensamento sobre empreendedorismo. Segundo Chiavenato (2008), os pioneiros teriam sido Richard Cantillon (1680-1734) e Jean-Baptiste Say (1767-1832). Cantillon apresentava o empreendedor como aquele que adquiria matéria-prima e revendia por um preço incerto, ou seja, na visão dele, se o empreendedor tivesse atingido lucro além do esperado, teria inovado.

Praag (1999), apresenta a visão de Richard Cantillon sobre empreendedorismo, em sua obra ‘Essai sur la Nature du Commerce en Général’, em 1755, aparecem inseridos dentro da sociedade econômica. Ele apresenta três agentes do sistema econômico, o capitalista, os empreendedores e os trabalhadores assalariados. Os empreendedores, portanto, seriam os responsáveis pelo desenvolvimento econômico, pela introdução e implementação de ideia inovadoras. Essas ideias incluem tanto a inovação de produto, inovação de processo, inovação do mercado e inovação organizacional (PRAAG, 1999).

Ainda segundo Praag (1999), na visão de Jean-Baptiste Say, em sua obra ‘*A Treatise on Political Economy or the Production, Distribution and Consumption of Wealth*’, em 1803, o empreendedor desempenha um papel de coordenação central, tanto na produção e distribuição. Say é o primeiro economista que destaca o papel gerencial do empreendedor. Colocando o empreendedorismo como um tipo de trabalho superior.

Para Schumpeter (1982), aborda em sua produção o “empreendimento” como à realização de novas combinações; “empresários” são os indivíduos que têm a função de realizar os empreendimentos. Para Schumpeter, o papel desse agente econômico é de suma importância para o ciclo econômico, o empreendedor é o responsável por trazer para o mercado as inovações que geram um novo movimento que renova o ciclo econômico já existe. Sua teoria da “destruição criativa” argumentava bem esse processo, a inovação trazida para o mercado movimentava a economia.

Para Dornelas (2008), o empreendedor é aquele que identifica uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar e assume riscos calculados. Ainda afirma que em qualquer definição sobre empreendedorismo, três aspectos são tratados como referentes ao empreendedor: Primeiro, o fato de ter iniciativa para criar um novo negócio e ter paixão pelo que faz. Segundo, a característica de utilizar os recursos disponíveis de maneira criativa,

transformando o lugar em que vive e por último, além de conseguir apropriar-se de riscos calculados, também atribui a possibilidade de fracassar.

Para Drucker (2008), o espírito empreendedor é uma característica distinta dos demais, seja de um indivíduo, ou de uma instituição. As atividades empreendedoras dependem a necessidade de que decisões sejam tomadas, mas principalmente, que a essência dessas decisões seja a incerteza, pois essa é uma característica do empreendedorismo. Hashimoto(2006) ressalta que Peter Drucker foi o autor que consolidou as primeiras definições do conceito de empreendedorismo vindos da economia, para aplicação na Administração. Salienta que a Administração deve ser aplicada em novos empreendimentos, nas empresas comerciais ou não, que antigamente eram aplicados somente em empresas já existentes; que deve abordar pequenos empreendimentos.

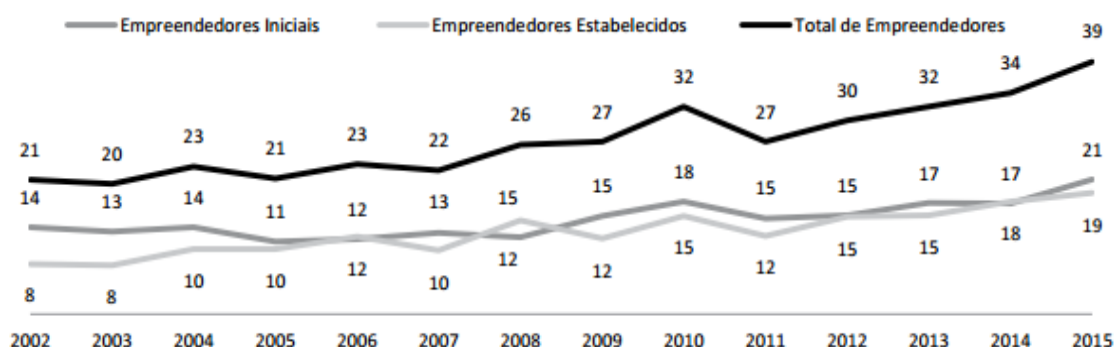
2.1.1. Dados de Empreendedorismo no Brasil

Desde 2000, tem-se no Brasil, o relatório da Global Entrepreneurship Monitor(GEM), que busca identificar o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico e social. Esse projeto do GEM iniciou em 1999, através de uma parceria entre a London Business School e o Babson College. Esse projeto engloba diversos países, incluindo o Brasil. A pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - IBQP e conta com o apoio técnico e financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE (GEM, 2015).

Segundo GEM (2015), os empreendedores são classificados como empreendedores iniciais e estabelecidos. Os empreendedores iniciais ou de estágio inicial, incluem dois tipos, os chamados nascentes e novos. Os empreendedores nascentes estão envolvidos com a estruturação de um negócio da qual são proprietários, entretanto, não efetuaram ainda pagamento de salário, pró-labore ou outra remuneração aos proprietários por mais de três meses. Os empreendedores novos são aqueles proprietários de um novo negócio que pagaram salário, pró-labore ou qualquer forma de remuneração aos proprietários por mais de três e menos de 42 meses. Os empreendedores estabelecidos, portanto, são aqueles que administram seu próprio negócio, tido como consolidado, que pagaram salário, pró-labore ou outra forma de remuneração por mais de 42 meses, valor correspondente à três anos e meio.

Na figura 1, demonstramos a evolução das taxas de empreendedores do Brasil, no período de 2002 à 2015, para demonstrar o avanço dos empreendimentos.

Figura 1: Evolução das taxas de empreendedorismo segundo estágio do empreendimento TEA, TEE, TTE - Brasil - 2002:2015



Fonte: GEM BRASIL 2015.

A taxa total de empreendedorismo (TTE), conforme percebemos no gráfico obteve um crescimento de 21% em 2002 para 39% em 2015. Identifica-se um crescimento significativo do ano de 2014 para o ano de 2015, de 34% para 39%. Segundo com o relatório de 2015, esses 39%, referem-se a 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos estavam envolvidos na criação ou manutenção de um negócio. O aumento desse último ano de análise, nota-se uma diferenciação maior na taxa de empreendedores iniciais (TEA) do que a taxa de empreendedores estabelecidos (TEE).

Podemos relacionar o crescimento das taxas de empreendedorismo no país aos incentivos realizados através da legislação empresarial brasileira, que vem proporcionando algumas facilidades para a formalização de novos negócios.

As Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) recebem tratamento jurídico e normas gerais diferenciadas, asseguradas no artigo 179 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Porém, foi através da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, chamada Lei Geral das micro e pequenas empresas (MPE), que foram estabelecidos e regulamentados os incentivos, por meio da redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, chamado de Simples Nacional (SEBRAE, 2014).

Para se caracterizar como ME ou EPP o faturamento anual bruto é levado em consideração. Para as microempresas (ME), a receita bruta deve ser igual ou inferior a R\$ 360.000,00, e para a empresa de pequeno porte (EPP) a deve ser R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (BRASIL, 2006).

De acordo com o Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2014) o empreendedorismo no Brasil vem crescendo e auxiliando o cenário econômico nos últimos anos, sendo considerado um dos principais agentes da economia. As micro e pequenas empresas foram responsáveis por mais cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, e são consideradas uma das principais geradoras de riqueza no comércio correspondendo a 53,4% do PIB desse setor. Na indústria a participação do PIB das micro e pequenas empresas foi de 22,5%, e no setor de serviços de 36,3%.

Ainda, nessa perspectiva, a partir de 2008, com a Lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, a legislação brasileira propõe condições especiais para que o empreendedor informal possa se regularizar perante a lei, essa legislação cria a denominação de Microempreendedor Individual. Segundo o Portal do Empreendedor (2016), o Microempreendedor Individual (MEI), é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como um pequeno empresário. A delimitação inicial realizada é por faturamento, se enquadra como MEI, o microempreendedor que fatura no máximo até R\$60.000,000 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Para o SEBRAE (2012) a formalização do MEI intensificou os registros de novos empreendedores no país, o número de pessoas inscritas como MEI no Brasil passou de 1 milhão em abril de 2011, para 2,1 milhões em 2012. Apresentando maior representatividade no setor do comércio, seguido pelo setor de serviços, indústria e construção civil.

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico foi objeto de estudo de muitos pensadores ao longo da história. No início do século XV com o renascimento, o nascimento do Estado nacional moderno e as grandes descobertas marítimas mudaram o pensamento econômico da época, que até então consistia em aumentar o poder econômico e militar do soberano. Em meados do século XVIII surgiram as escolas fisiocrata na França e a escola Clássica na Inglaterra

iniciando as discussões sobre os problemas relacionados ao crescimento econômico se estendendo até a contemporaneidade (SOUZA, 2009).

Segundo Gennari e Oliveira (2009), a escola fisiocrata surge como oposição as ideias mercantilistas que considerava o comércio como gerador de riqueza, atribuindo à agricultura por meio da multiplicação dos bens de consumo a produção de excedente e a responsabilidade pela riqueza nacional. Um dos pensadores mais significativos da escola fisiocrata foi François Quesnay que através da sua obra *Tableau Économique* (1758) demonstrou o modelo de crescimento de uma economia através dos processos de produção, circulação da moeda, das mercadorias e da distribuição da renda onde o centro das atenções era a agricultura.

Adam Smith foi o pensador mais importante da Escola Clássica, e em sua principal obra *A Riqueza das Nações* de 1776, buscou identificar as causas do crescimento econômico nacional atribuindo à ampliação dos mercados e a divisão do trabalho, o aumento do emprego e a acumulação de capital. Para Smith (1983) o capital, a tecnologia, o emprego e a população eram complementares, e a ampliação da riqueza nacional, ou seja, o crescimento, era fruto da produtividade do trabalho.

David Ricardo discípulo de Adam Smith dedicou-se a estudar o crescimento econômico em 1817. Ricardo (1982) via que o problema do crescimento estava ligado à agricultura, pois a inabilidade de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores gerava a elevação dos salários nominais. Para ele os capitalistas exerciam um papel importante no desenvolvimento, pois arrendavam as terras para produzir alimentos e contratavam trabalhadores contribuindo desta forma para o crescimento da economia. Em sua obra, o comércio mostrou-se pouco importante para o crescimento econômico, e somente teve relevância em sua abordagem sobre as vantagens comparativas pois com maior índice de exportação podia-se importar mais por um menor preço.

A seguir na história, Stuart Mill estudou a ação do progresso técnico na agricultura sobre a distribuição do produto entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra. Mill (1983) realçou que os aprimoramentos na agricultura eram essenciais para o crescimento econômico, pois diminuía o valor dos alimentos, reduziam os salários e aumentavam os lucros.

Ainda na abordagem clássica, Karl Marx, citado na obra de Souza (2009), constrói seus estudos por meio da análise do capital e do trabalho, com a exploração do trabalhador pelo capitalista. Para ele a acumulação do capital é a força motriz do sistema capitalista. A evolução e o crescimento econômico são vistos como elementos de desequilíbrio. O progresso técnico ocasiona os desequilíbrios e as mudanças nas relações de produção, gerando conflitos que somente são solucionados através de mudanças nas estruturas econômicas e sociais através de novas instituições beneficiando assim o crescimento econômico (SOUZA, 2009).

Outro pensador do crescimento nessa análise cronológica foi Schumpeter (1982), que destacava o dinamismo da oferta na sua explicação sobre crescimento econômico. Para ele o crescimento de uma economia ocorreria por meio da inovação de novos produtos ou novos processos de produção adotados pelo empresário inovador, que ao criar um novo mercado aumentaria a produção e os gastos com insumos, e multiplicaria o emprego e a renda. O autor acima diferenciou crescimento e desenvolvimento, definindo que o desenvolvimento econômico era impulsionado pelo progresso técnico e se alternava em períodos de prosperidade e de depressão, já o crescimento econômico funcionava em um fluxo circular de equilíbrio e acelerava-se por meio da inovação.

Em estudos mais contemporâneos como os de Bresser-Pereira (2008), o crescimento econômico é abordado como dependente do desenvolvimento tecnológico e da acumulação de capital em máquinas e no processo produtivo, elevando a produtividade, os salários, e consequentemente o padrão de vida da população. Para o autor, crescimento ocorre quando há aumento da produtividade e aumento da renda per capita de uma região, impactando em

melhoria da qualidade de vida da população e provocando assim o desenvolvimento econômico.

Veiga (2005) afirma ainda, que ao longo do tempo os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico foram percebidos como tendo o mesmo significado, porém hoje se entende que crescimento está ligado a mudanças quantitativas enquanto desenvolvimento essencialmente está relacionado a mudanças qualitativas na vida das pessoas.

Na visão de Sachs (2008), o crescimento econômico é obtido pelo aumento da produtividade e se caracteriza pela maximização do Produto Interno Bruto (PIB) das regiões e países, sendo condição necessária para possibilitar condições de vida melhores para a população. O crescimento é visto como um agente no processo de desenvolvimento econômico.

Silva Filho e Carvalho (2001), abordam que a teoria do crescimento econômico sofreu avanços durante o tempo surgindo a nova teoria do crescimento econômico. Os autores defendem que na nova teoria do crescimento econômico, o crescimento é visto como produto de forças econômicas endógenas e por isso possibilita à economia um equilíbrio contínuo através de forças internas. Para que o crescimento aconteça é necessário que se englobem vários fatores como a inovação tecnológica endógena, o capital humano e os arranjos institucionais que assumem um papel decisivo no crescimento da renda *per capita* das economias.

Para Souza (2009, p.4) desenvolvimento econômico define-se “pela existência de crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais”. Desta forma, o crescimento econômico a longo prazo é imprescindível para a melhoria dos indicadores sociais e econômicos como a alimentação, educação, segurança e condições ambientais. A principal maneira de acompanhar o crescimento de uma região é através do crescimento do Produto Interno Bruto *Per Capita* ($PIB_{pc} = PIB_{real} / População$), onde este corresponde ao valor de bens e serviços disponibilizados por uma economia em um determinado período.

2.3 Empreendedorismo e Crescimento Econômico

Para Wennekers e Thurik (1999) nos últimos tempos pesquisadores voltaram os seus estudos para a ligação entre empreendedorismo e crescimento econômico, e para a percepção de que a atividade empreendedora impacta positivamente no crescimento do PIB das regiões, sendo essa a principal ferramenta utilizada para mensurar mundialmente o crescimento econômico. Para os autores esse interesse surgiu pelas altas taxas de empreendedorismo apresentadas em algumas economias recentemente.

A principal contribuição do empreendedorismo para o crescimento econômico pode ser apontada como sendo a inovação, considerando essa não somente como a invenção de novos produtos ou ideias novas, mas também como surgimento de novas empresas e novos mercados com bens ou serviços, novos ou já existentes (CARREE E THURIK 2010).

Acs *et al* (2009) realizaram um estudo atribuindo ao conhecimento adquirido pelos indivíduos em empresas ou universidades, a geração de oportunidades empreendedoras. Os autores concluíram que o empreendedorismo é uma resposta endógena dos investimentos em conhecimento e que estes condicionam e impulsionam o comportamento empreendedor.

Nessa perspectiva, Wennekers e Thurik (1999) destacaram que o modelo de crescimento endógeno é o responsável por determinar o crescimento econômico influenciado pelo empreendedorismo, pois os investimentos em capital intelectual e na educação afetam a produtividade expandindo a capacidade empreendedora e ampliando o crescimento a longo prazo. Além disso, os autores discorrem sobre a importância da mensuração do empreendedorismo através de uma escala de rastreamento que quantifique a atividade empreendedora ao longo do tempo, e assim possibilite a verificação da interação entre variáveis econômicas, culturais e tecnológicas.

Para Barros e Pereira (2008) para analisar a relação entre o empreendedorismo e o desempenho econômico de determinada região é necessário buscar definições nas bases de dados disponíveis para pesquisa, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando que a caracterização do crescimento já está consolidada como sendo o Produto Interno Bruto (PIB), os autores apontam quatro medidas para ajudar na caracterização do empreendedorismo. Sendo essas: o número de trabalhadores por conta própria; o número de novos empreendimentos; os empreendedores em processo de criação de um novo negócio e a participação das pequenas empresas na produtividade ou no emprego. Entretanto, salientam que a obtenção de dados sólidos sobre o empreendedorismo ainda constitui uma limitação de pesquisa no Brasil.

Após ter-se abordados os elementos teóricos que fundamentam esse estudo, a seguir apresenta-se a metodologia que orienta esta pesquisa.

3 MÉTODO

Esta pesquisa se caracterizou como um levantamento de dados secundários, disponíveis em plataforma aberta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Portal do Empreendedor e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Segundo Martins e Theóphilo (2009), o levantamento é definido quando o pesquisador deseja responder as questões da distribuição de uma variável ou das relações entre as características de pessoas ou grupos, sendo mais apropriadas para a análise de fatos e descrições. Os dados secundários são aqueles coletados, tabulados e ordenados, baseados em estatística e dados de recenseamentos (MATTAR, 1994).

A presente pesquisa configura-se como um estudo descritivo, pois os resultados do estudo propõem a descrever os dados encontrados. Conforme Hair (2005), os estudos descritivos podem dar ao pesquisador um panorama ou uma descrição dos elementos administrativos de um determinado período de tempo. Coletados num mesmo tempo e sintetizados estatisticamente.

A abordagem utilizada neste estudo foi a quantitativa, a utilização dessa abordagem segundo Dieml e Tatim (2004), se caracteriza pelo uso da quantificação das informações por meio de técnicas estatísticas para dar ênfase aos resultados e evitar distorções de análise, dando uma segurança maior. Ainda, destacam que entre os tipos das pesquisas quantitativas a correlação procura especificar o grau de relação e o modo como variáveis operam. (DIEML; TATIM, 2004)

A amostragem utilizada na presente pesquisa foi o método não probabilístico intencional. Na visão de Martins e Theóphilo (2009), o método não probabilístico, por si só, se caracteriza por uma escolha deliberada dos elementos da amostra e a amostragem intencional se define pela escolha intencional do grupo que irá compor a amostra. Ou seja, onde o investigador se dirige a grupos em que deseja saber opiniões.

A proposta desse artigo, portanto foi levantar os dados de crescimento econômico (PIB *Per capita*) e empreendedorismo (Total Geral de Microempreendedores individuais) nas cidades em que a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) está presente. Levando em consideração, que o objetivo principal dessa universidade que se propõe a minimizar o processo de estagnação dessa região considerada menos desenvolvida do Estado do Rio Grande do Sul. A UNIPAMPA possui dez campi distribuídos, conseqüentemente em dez cidades, sendo elas: Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana.

Os dados da pesquisa foram tratados com a Estatística Descritiva, onde ocorre a organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados (MARTINS E THEÓPHILO, 2009). Assim, os dados obtidos foram coletados e organizados em uma série temporal de índices históricos, e tabelados para análise.

A análise de dados utilizada foi a de correlação bivariada de Pearson, empregada através do Software Microsoft Office Excel 2016. Segundo Hair (2005), a correlação de Pearson mensura a associação linear entre duas variáveis métricas através do coeficiente de correlação podendo variar de $-1,00$ a $+1,00$. Onde os graus de 0 a $0,4$ representam fraca associação, de $0,45$ a $0,65$ representam uma média associação e de $0,70$ a 1 forte associação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados utilizar-se-á da análise quantitativa com o auxílio visual de tabelas. Como descrito na metodologia para responder aos objetivos desta pesquisa foram coletados e organizados os dados através de índices históricos e considerados através de análise temporal.

4.1 Dados de Microempreendedor Individuais (MEI)

Os dados dos Microempreendedores Individuais, foram coletados no Portal do Empreendedor. Entretanto, obteve-se dificuldades para encontrar todos os anos propostos no presente estudo, estando disponível apenas o período de 2009 a 2013. Na tabela 1, apresentamos os dados dos Microempreendedores Individuais das cidades em que a Universidade Federal do Pampa se faz presente.

Devemos ressaltar aqui, que em 2009, foi o ano de implementação do sistema, tendo em vista que a criação da lei ocorre no ano de 2008. Toda empresa criada nessa modalidade a partir de 2010 aparece, obrigatoriamente nesses dados.

Tabela 1: Total Geral de Microempreendedores Individuais das cidades em que a UNIPAMPA se faz presente, 2009-2013.

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	61	437	822	1289	1699
Bagé	108	532	968	1520	1072
Caçapava do Sul	11	124	242	384	520
Dom Pedrito	1	100	246	513	1074
Itaqui	4	141	313	529	672
Jaguarão	15	186	352	661	913
Santana do Livramento	22	353	967	1689	2433
São Borja	10	240	526	803	1071
São Gabriel	37	214	468	788	1192
Uruguaiana	58	605	1360	2080	2649

Fonte: Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), 2016.

O crescimento dos MEIs, ocorre em todas as cidades da região. Destacamos, entretanto, a cidade de Dom Pedrito que obteve um aumento de microempreendedores individuais de 974%, no comparativo 2010 com 2013. As cidades de Sant'Ana do Livramento e São Gabriel obtiveram um aumento de 589% e 457%, respectivamente, no mesmo período.

As cidades de Jaguarão, Itaqui e São Borja, apresentam porcentagens correspondentes à 391%, 377%, e 346%, respectivamente. A cidade de Bagé foi apresenta a menor porcentagem de 102%, número menos representativo do que nas outras cidades.

Lembramos aqui que a presente pesquisa não busca realizar comparações do aumento dos números das cidades estudadas, mas demonstrar os valores para observação.

4.2 Dados do Crescimento Econômico

Os dados sobre o crescimento econômico das regiões analisadas foram obtidos na Fundação de Economia e Estatística (FEE). Para realizarmos os testes estatísticos com as variáveis posteriormente, coletamos os dados referentes aos mesmos períodos dos dados de MEIs, seja de 2009 a 2013. Na tabela 2, apresentamos o PIB *Per Capita* dos municípios em que a Universidade Federal do Pampa se faz presente.

Tabela 2: PIB *Per Capita* dos municípios em que a UNIPAMPA se faz presente, 2009-2013.

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	14.353	13.702	14.234	16.870	19.027
Bagé	10.344	11.056	12.017	14.124	16.941
Caçapava do Sul	11.779	12.076	15.314	14.563	18.022
Dom Pedrito	17.752	15.948	16.490	19.990	24.473
Itaqui	21.602	17.962	19.068	21.622	25.694
Jaguarão	12.966	11.716	11.879	14.450	18.182
Santana do Livramento	10.503	10.618	12.025	13.702	15.681
São Borja	18.621	15.928	17.214	19.460	23.326
São Gabriel	13.581	16.459	14.437	15.592	18.770
Uruguaiana	18.134	12.109	12.447	14.347	16.065

Fonte: FEE, Centro de Informações Estatísticas, Núcleo de Contabilidade Social, (2016).

Nota-se que os dados, dispostos na tabela, representam um aumento visivelmente gradual nas cidades.

A cidade que apresentou maior crescimento no período analisado foi a cidade de Bagé com aumento de 64% do PIB *Per Capita* no decorrer da série analisada, seguido pelo município de Caçapava do Sul com um aumento de 53%, Santana do Livramento 49%, Jaguarão 40%, Dom Pedrito e São Gabriel com 38%, Alegrete 33%, São Borja 25% e Itaqui com um crescimento de 19%. Nessa análise destaca-se a redução do PIB *Per Capita* somente na cidade de Uruguaiana apresentando uma diminuição de -11,40 %.

4.3 Correlação dos dados coletados

Para calcular as relações entre o empreendedorismo e o crescimento econômico, utilizou-se a ferramenta estatística, no Excel, de correlação que quantificou a força de associação entre variáveis estudadas.

Após os dados serem coletados eles foram organizados em uma série temporal de índices históricos, e tabelados para análise. Lembrando que o coeficiente de correlação é denotado pela letra “r”, e somente podem assumir um valor de -1 a +1. Sendo que os coeficientes de correlações de 0 a 0,4 são consideradas de fraca ou nenhuma associação, de 0,45 a 0,65 de média associação e de 0,7 a 1 de forte associação entre as variáveis. Quando há valores negativos do coeficiente de correlação indica que há uma correlação do tipo inversa, isto é, quando uma variável aumenta a outra diminui.

Na Tabela 3, estão representados os resultados das correlações realizadas. Foram determinados dois tipos de correlações, a representada por “t” indica as correlações simultâneas ano-ano, e a representada por “t-1” representa as correlações defasadas de um ano entre as variáveis.

Tabela 3: Correlação entre a taxa de empreendedorismo e PIB *Per Capita*

Municípios	t	t-1
Alegrete	0,894	0,978
Bagé	0,711	0,988
Caçapava do Sul	0,923	0,908
Dom Pedrito	0,939	0,991
Itaqui	0,656	0,989
Jaguarão	0,848	0,972
Santana do Livramento	0,992	0,996
São Borja	0,745	0,980
São Gabriel	0,780	0,980
Uruguaiana	-0,095	0,983

Fonte: Autoria Própria, (2016).

Ao observar as correlações dos municípios identificar-se uma boa representatividade. A cidade que demonstrar maior correlação, nas correlações simultâneas (t), foi Sant'Ana do Livramento com valor de $r=0,992$, e na correlação defasada por um ano (t-1) aumenta para $r=0,996$, apontando forte associação entre as variáveis.

Em São Borja e São Gabriel, os números de correlação foram bem próximos, apresentam na devida ordem, em t, $r=0,745$ e $r=0,780$, e em t-1 o mesmo grau $r=0,980$, identificando forte relação entre as variáveis. Já a cidade de Alegrete apresenta valor em t, $r=0,894$ aumentando para $r=0,978$ em t-1, ambas com boa representatividade.

O município de Itaqui apresenta em t, $r=0,656$, e em t-1 $r=0,989$, passando de média associação para alta associação entre as variáveis. A cidade de Uruguaiana apresenta um caso peculiar, na análise em t $r=-0,095$, apresentando um grau negativo de correlação, entretanto com a análise em t-1 passa para o valor de correlação $r=0,983$, demonstrando alto grau de associação.

As cidades de Dom Pedrito e Caçapava do Sul, apresentam graus de correlação altos demonstrando forte associação entre as variáveis, atingindo um valor de $r=0,939$ e $r=0,923$ respectivamente em t, e em t-1, $r=0,991$ e $r=0,901$. O que enfatiza boa associação entre o aumento dos empreendimentos e o crescimento econômico obtido nas cidades estudadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou verificar as relações entre o Microempreendedor Individual e o crescimento econômico nas cidades em que se faz presente a Universidade Federal do Pampa. Para esta pesquisa utilizou-se de método de levantamento de dados, através dos dados secundários coletados nos sites da Fundação de Economia Estatística (FEE) e Portal do Empreendedor, onde buscou-se alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa foi baseada em estudos, como os de Wenekers e Thurik (1999) e Barros e Pereira (2008), e teorias, como a de Schumpeter, que apontavam a ligação entre empreendedorismo e o crescimento econômico de países e regiões, e utilizou-se de dados sobre o PIB *Per Capita* das cidades onde correlacionou-se posteriormente com os dados dos microempreendedores individuais.

Primeiramente, procurou-se quantificar os dados existentes sobre os microempreendedores individuais nas cidades em que se encontra a Universidade Federal do Pampa no período de 2009-2013, onde identificou-se que o número de microempreendedores

individuais no período aumentou em todas as cidades exploradas, chegando a um aumento de 264,8 % no caso mais representativo. No segundo momento, se propôs identificar os dados de crescimento econômico, no que se refere ao PIB *Per Capita*, nas referidas cidades no mesmo período. Onde notou-se a elevação do PIB *Per Capita* em quase todos os municípios analisados, excluindo apenas a cidade de Uruguaiana que apresentou números decrescentes na série histórica.

Nas correlações realizadas, na maioria dos casos, foram obtidos alto grau de associação entre o empreendedorismo e o crescimento econômico representado pelo Produto Interno Bruto (PIB) *Per Capita*. O que se pode ver com a análise feita foi a forte correlação entre as cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Com a presente pesquisa foi possível verificar que no período estudado o aumento da atividade empreendedora impactou positivamente no crescimento econômico das cidades em que a UNIPAMPA está presente. Demonstrando por meio dos índices de correlações alto grau de associação entre as variáveis em oito dessas cidades. Assim, podemos verificar que o conhecimento adquirido pelos indivíduos nas universidades pode influenciar e criar oportunidades empreendedoras impulsionando o crescimento econômico das regiões em que as instituições de ensino estão implantadas, como apresentado nos estudos realizados por Acs *et al* (2009).

Deve-se ressaltar, entretanto, que os dados disponíveis sobre empreendedorismo e suas modalidades ainda são escassos, estando disponíveis nas plataformas abertas apenas dados municipais sobre os microempreendedores individuais, lembrando empreendimentos que faturam no máximo até R\$60.000,000 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular, excluindo assim outras modalidades de empreendedores.

Sugere-se ainda que sejam realizadas pesquisas futuras para verificar outras variáveis explicativas do crescimento econômico e do empreendedorismo, afim de identificar em sua totalidade quais outros fatores que podem ter impulsionado o crescimento no período estudado. Além de buscar identificar os setores mais significativos, que elevaram os índices de microempreendedores individuais nas cidades estudadas.

Outra proposta que se identifica com o presente estudo, é explorar os municípios pertencentes à região onde os campis estão inseridos, com o propósito de verificar se as conclusões desse estudo se confirmam nas demais cidades da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACS, Z. J.; AUDRETSCH, D. B.; BRAUNERHJELM, P.; & CARLSSON; B.. The knowledge spillover theory of entrepreneurship. **Small business economics**, v. 32, n. 1, p. 15-30, 2009. Disponível em: <<http://web.mit.edu/iandeseminar/Papers/Fall2005/audretschkeilbach.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

BARROS, A.A., PEREIRA, C.M.M.A. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, V. 12, n. 4, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dez. 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.ºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.ºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008.

CARRÉE, M. A.; THURIK, A. R. **The impact of entrepreneurship on economic growth. Centre for Advanced Small Business Economics (CASBEC).** Rotterdam: Erasmus University, 2010. Disponível em: <<http://www.hadjarian.com/estategic/tarjomeh/2-89-karafariny/1.pdf>> Acesso em: 20 jun.2016.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DIEML, A.; TATIM, D. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios.** 3.ed. 5º reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship).** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística. Perfil Socioeconômico.** Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>> Acesso em: 15 de junho de 2016.

GENNARI, A. M; OLIVEIRA, R. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Saraiva, 2009.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil.** Relatório Executivo. Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, 2015. Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)> Acesso em: 23 de junho de 2016.

HAIR, J. F. BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Campus, 2000.

MARTINS, G.; THEÓFILO, C. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, L. M; VASCONCELOS, M. A. S de. **Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário**. 3.ed. 4. reimpr. São Paulo. Ed. Atlas, 2011.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento, execução, análise**. São Paulo: Atlas, 1994.

MILL, J. S. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações a filosofia social**. São Paulo: Abril Cultural, 1893. 2v. (Os Economistas)

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

PRAAG, V. Some classic views on entrepreneurship. **De economist**, v. 147, n. 3, p. 311-335, 1999.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas)

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 10.283, de 17 de outubro de 1994**. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Palácio Piratini, em Porto Alegre, 17 de outubro de 1994a. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666> Acesso em: 21 de outubro de 2016.

_____. **Decreto Nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994**. Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRDs. Palácio Piratini, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 1994b. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12439&hTexto=&Hid_IDNorma=12439> Acesso em: 21 de outubro de 2016.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2004.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Brasília: **Unidade de Gestão Estratégica–UGE**. 2014. Disponível em:< <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em: 24 jun.2016

SEBRAE. Perfil do Microempreendedor Individual 2012. Série Estudos e Pesquisas.

Brasília: Unidade de Gestão Estratégica–UGE. 2012. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/perfil_MEI_2012.pdf> Acesso em: 13 Set. 2016.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

SILVA FILHO, G. E. da; CARVALHO, E. B. S. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepbalino. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza**, v. 32, p. 467-482, 2001.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5a ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIPAMPA. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos: conforme normas da ABNT**. 3.ed. Ver. E ampl. Bagé, 2013. Disponível em: <
<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2015/12/Manual-de-Normaliza%C3%A7%C3%A3o-3.-ed.-20131.pdf>>.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento sustentável: o Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. **Linking entrepreneurship and economic growth. Small Business Economics**, v. 13, n. 1, p. 27-55, 1999. Disponível em: <
https://noppa.lut.fi/noppa/.../wennekers__thurik_1999.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016.